

ANEXO III.

PREGAO ELETRÔNICO Nº 20/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE COMPROMISSO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2021/.....

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Srº Deivid Moraes Mendes, inscrito no CPF sob nº 989.438.470-68, e de outro lado à empresa, CNPJ n.º, estabelecida na, Bairro, em, neste ato representada pelo Sr., portador do RG nº, doravante denominada **COMPROMISSIONÁRIA**, de conformidade com o Edital de **Pregão Eletrônico nº 20/2021 – Sistema de Registro de Preço**, celebram o presente **Compromisso de Registro de Preço** de acordo com a Lei Municipal nº 6.306/2006, com o decreto Municipal nº 9.294/2006 e, subsidiariamente, com a Lei nº 8.666/1993, bem como com os termos constantes no Edital e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente Termo é o Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – MATERIAIS ELÉTRICOS**, em conformidade com o Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GARANTIA DO BEM: O objeto do presente contrato além do prazo de garantia determinado pelo fabricante, deverá conter garantia quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a **COMPROMISSIONÁRIA** responsável por todos os encargos decorrentes disso, contados da efetiva entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S): O fornecedor compromete-se a fornecer o(s) item(ns) conforme a descrição abaixo:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	-------------------	------------	----------------	-------------

Parágrafo Único: Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS: Os preços serão revisados em consonância com a Teoria da Imprevisão, que exige para sua ocorrência a comprovação real da ocorrência real de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências calculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do objeto.

Parágrafo Primeiro: Quando a revisão decorrer do fato do preço registrado pelo fornecedor melhor classificado tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Gabinete de Compras, Licitações e Contrato – GCLC convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, convocando-se, na ordem de classificação, para idêntica negociação, os demais fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento motivado e apresentado antes do pedido de fornecimento, solicitar revisão do preço e esta não seja atendida pela Administração, o Gabinete de Compras, licitações e Contratos – GCLC poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, uma vez confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS: As contratações derivadas deste Termo de Compromisso, sejam por empenho ou por instrumento de contrato, só podem ser firmadas até o término do prazo de validade do Registro de Preços, prazo este de 12 (doze) meses a contar da homologação do Pregão que lhe deu origem.

Parágrafo Primeiro: Cada contratação efetuada tem prazo de vigência próprio, conforme previsto no termo firmado, seja por empenho ou por instrumento contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta bancária indicada pela Contratada, após a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, no prazo de 60(sessenta) dias a contar, na respectiva fase de pagamento, da liquidação do crédito.

Parágrafo Único: A liquidação da despesa dar-se-á uma vez ocorrido o recebimento definitivo do objeto por parte da Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO: A existência de preços registrados não

obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art.7º, do Decreto Municipal 9.294/2006.

Parágrafo Primeiro: A Administração poderá notificar fornecedor remanescente, na ordem classificatória de menor para o maior preço registrado, para assinar Termo de Compromisso quando o detentor original tiver seu registro de preço cancelado.

Parágrafo Segundo: Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com as solicitadas pelo MUNICÍPIO, observando-se o preço desse primeiro classificado.

Parágrafo Terceiro: Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pelas Secretarias do Município.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSIONÁRIA: A COMPROMISSIONÁRIA, além das obrigações contidas no Termo de Referência, obriga-se a:

- a) Fornecer o(s) item(ns) conforme estipulado no certame licitatório;
- b) Efetuar a entrega do(s) item(ns) na Secretaria solicitante, sem ônus para este Município.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS: O preço registrado poderá ser cancelado ou suspenso nos seguintes casos:

I – Pela Administração, quando:

- a) O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;
- b) Ocorrer descumprimento das condições da Ata ou inexecução total ou execução parcial do Contrato decorrente do Registro de Preços;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado;
- e) O fornecedor não retirar ou não quiser receber a Nota de Empenho ou instrumento

equivalente, sem justificativa aceitável.

II - Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito:

a) Acompanhada da comprovação da impossibilidade de cumprirem as exigências do Edital da licitação, do Termo de Referência ou das normas estabelecidas neste Termo de Compromisso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Notificação ou Nota de Empenho;

b) Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, comprovados.

§ 1º A solicitação de cancelamento do preço registrado deverá ser protocolada e dirigida ao Gabinete de Compras, para devida análise.

§ 2º Caso não sejam procedentes as razões do pedido de cancelamento do registro de preços, a Administração poderá aplicar as penalidades previstas neste Termo de Compromisso.

§ 3º A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preços não o desobriga do fornecimento dos produtos já contratados, seja através de empenho ou mesmo de instrumento de contrato.

§ 4º Enquanto perdurar o cancelamento ou suspensão do preço registrado, poderão ser realizadas licitações ou coletas de preços para aquisição de bens constantes no Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste, representado pela nota de empenho ou instrumento de contrato, a Administração poderá aplicar aos detentores do Registro de Preço, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo Único – As multas que poderão ser aplicadas são as seguintes:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias na entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de execução parcial ou irregularidade na entrega do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de empenho;
- c) Transcorrido 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, poderá ser considerado rescindido o contrato, cancelado o registro de preço e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO: Compete à Secretaria solicitante da contratação oriunda do registro de preços a indicação dos agentes responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO: Fica eleito o Foro da cidade de Rio Grande/RS, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Termo e pelas contratações efetuadas (nota de empenho ou instrumento de contrato), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de 2021

.....
COMPROMISSONÁRIA

Cecilia Schmutz pucinelli

Secretária Interina da Secretaria de Município da Educação

Zelionara Pereira Branco

Secretaria de Município da Saúde

Evandro Souza da Silveira

Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social

Deivid Moraes Mendes

Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

cc. SMF/SMED./SMS/SMCAS/GCLC/CSCI/ COMPROMISSONÁRIA

FISCALIZAÇÃO DO REGISTRO

Em virtude de estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável nomeia como Fiscal do Contrato o (a) Senhor (a).

_____ e _____
_____ o (a) senhor
(a) _____.

ciente:

Fiscal administrativo/Responsavel pelo recebimento

Fiscal administrativo/Responsavel pelo recebimento

Cecilia Schmutz pucinelli
Secretária Interina
Secretaria de Município da Educação

Zelionara Pereira Branco
Secretaria de Município da Saúde

Evandro Souza da Silveira
Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social

Rio Grande, de de 2021.